

CIDADANIA NO SÉCULO XXI

Dimensões da Cidadania

Pensar a cidadania no século XXI pressupõe uma inequívoca e bem caracterizada vontade de aceitar e promover mudanças. O conceito de cidadania que permeia este trabalho é: "cidadania é a consciência que o indivíduo tem o direito a Ter direitos"(H. Arendt). O exercício de direitos e deveres. A prática da cidadania vincula-se à instauração da democracia, de conformidade com o direito e a vontade expressa na Constituição. Ela está comprometida com a efetivação dos direitos positivados por meio da cooperação entre indivíduos e grupos. Preocupa-se, permanentemente, com a emergência dos novos sujeitos de direitos, a ampliação do espaço participativo e a efetivação dos direitos humanos. José de Oliveira Baracho, ao desenvolver a Teoria Geral da Cidadania, destaca que "o conceito de cidadão e cidadania vem adquirindo particularidades, que não se esgota na compreensão de ser aquele que participa dos negócios da cidade. Os homens passaram da situação de sujeitos para as de cidadãos, sendo que na França, somente em 1830, a palavra sujeito desapareceu dos documentos oficiais. O cidadão, no dizer de Philippe Ardant, introduziu com ele a democracia, não existe cidadãos sem democracia ou democracia sem cidadãos. Este relatório tem por finalidade verificar as condições para exercício desses direitos, sua eficácia e a conseqüente assunção dos deveres pelos cidadãos. Elizabeth Jelin, em "Cidadania e alteridade: o reconhecimento da pluralidade", sintetiza magistralmente as dificuldades envolvidas na efetivação das liberdades democráticas, com seus direitos e deveres, em países saídos de regimes militares autoritários, como é o caso da maior parte dos países da América Latina, inclusive o Brasil: "Os períodos de transição para a democracia e o estado de direito são, nesse sentido, árduos. Partindo de um aparato institucional estatal do qual se apropriam atores autoritários, o desafio é a transformação dessas instituições, que têm de mudar de "dono". E é nesse ponto que a relação que a cidadania estabelece com as instituições estatais se torna crucial. Com efeito, contrariamente ao funcionamento cotidiano, com expectativas relativamente claras e ordenadas das democracias estáveis, na vida cotidiana durante os períodos de transição fica difícil saber de antemão quais são as tarefas que devem assumir as distintas agências do estado, quais as responsabilidades da cidadania. Cidadania e Democracia A Democracia como Idéia: dos gregos aos nossos dias Democracia é uma palavra de origem grega. Os gregos, observa Finley, foram os primeiros a pensar sistematicamente sobre política e a formular teorias políticas. (3) A democracia existente na cidade de Atenas na Antigüidade tornou-se o paradigma histórico de uma experiência política instituinte. Do conceito de democracia, já se disse que ele seria um "conceito-ídolo que abrange tudo". Por trás de sua capacidade de interpretação e de sua possibilidade de abuso, encontra-se um processo irreversível da história universal, que levou as coisas ao ponto em que somente um forma constitucional democrática pode afirmar-se como legítima, porque exclusivamente ela pode mostrar-se como capaz de fundamentação racional e universal. Uma particularidade ocidental tornou-se um universal histórico." O que chamamos modernidade nasceu com a democracia. "Sem a democracia não haveria ciência, nem tecnologia, nem indústria, nem capitalismo, nem classe operária, nem classe média, isto é, não haveria modernidade", sintetiza Octavio Paz. Entre os teóricos da democracia, entendida nesta moderna concepção de universalidade, destaca-se Rousseau. Com ele, a democracia deixou de ser elitista (censitária, como no caso inglês) para ser pensada como "vontade geral". É o mais contemporâneo dos iluministas por enraizar a democracia - e a liberdade - no campo da igualdade. Rousseau estabeleceu, em definitivo, que a prática da democracia pressupõe iguais na realidade, e não na forma. A mais conhecida das premissas da

teoria política de Rousseau é uma pressuposição absolutamente fundamental para a política: o postulado da bondade natural do homem. A democracia, hoje, é considerada a mais legítima forma de poder político. O poder político mais legítimo é aquele exercido pela e com a maioria do povo, erigido à dignidade de cidadão. A democracia contemporânea é uma idéia cujo valor é dado pelo fato de se constituir no princípio universal da legitimidade do poder político. Nesse sentido, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena, Áustria, afirma - no artigo 8 de sua Declaração e Programa de Ação, adotado em 25 de junho de 1993 - que "a democracia, o desenvolvimento e o respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais são interdependentes e se reforçam mutuamente".

Estado e Cidadania A preservação e o processo de incorporação de novos direitos dependem da democratização do aparelho estatal. A Constituição de 1988 estabelece um verdadeiro projeto social para o Brasil. Ao Estado, por meio de seus vários poderes e instâncias, compete implantar esse conjunto de objetivos, traduzido em políticas, diretrizes e metas a serem alcançadas. O exercício dos direitos depende, necessariamente, da atuação do Legislativo, na produção de um ordenamento jurídico justo, de uma atuação do Executivo que promova a implementação de políticas públicas que atendam às demandas sociais e de que o Poder Judiciário facilite o acesso à justiça na resolução dos conflitos. Estas condições se estendem, no plano da Federação, à União, aos Estados e aos Municípios. Como afirma Paulo Bonavides, "o constituinte de 88 declinou igualmente os objetivos fundamentais desse Estado na mesma seqüência de princípios medulares. E assim contemplou no art. 3º a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e ao mesmo tempo legislou a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais, o bem de todos, ou seja, o bem comum, com abolição dos preconceitos de origem, raça, sexo, idade e outras formas de discriminação obviamente atadas à exclusão e ao arbítrio".

Jelin observa que, "no plano macrossocial, o processo de construção de direitos e deveres dos cidadãos tem como referente o Estado, encarnado em aparelhos institucionais tais como aparelho jurídico e as instituições de bem-estar". Mas adverte que nenhum dos mecanismos da democracia formal pode garantir a eficácia dessas instituições. Não basta, porém, o projeto de democracia. Esferas da Cidadania "... Uma compreensão adequada dos direitos de cidadania em seus matizes contemporâneos deve partir dos processos pelos quais esses direitos são formulados, reivindicados, transformados e, sobretudo, vivenciados como parte da experiência de seres humanos concretos. Uma tal perspectiva exige que se levem em consideração núcleos da vida social (como o trabalho, as sociabilidades, a comunicação e a produção cultural) onde a cidadania de fato se enraíza enquanto lealdade e horizonte de ação compartilhada." Na medida em que constituem processos históricos de conquista de direitos e deveres, a cidadania e a democracia concretizam-se na sociabilidade cotidiana e na verdadeira eficácia das instituições e equipamentos públicos. O grande desafio dos dias de hoje - quando as potencialidades técnicas e materiais da humanidade permitem a solução dos problemas de fome e de miséria - é enfrentar as situações extremas de miséria e de carência que correspondem a um país de enormes diferenças sociais. Avaliando os indicadores sociais brasileiros, no começo da década de 90, Vilmar Farias, corretamente, assinala que "a iníqua distribuição de renda e, mais especificamente, a desastrosa distribuição dos ingressos diretos entre capital e trabalho colocam limites estruturais quase intransponíveis ao eficiente funcionamento de qualquer política social". A cidadania efetiva pressupõe um cidadão com capacidade de autonomia, com suficiente maturidade para enfrentar as situações tensas e outras inconveniências dos centros urbanos. Um cidadão que possa usufruir da vida cultural das cidades e que crie vínculos solidários com seu espaço. Um cidadão, no sentido mais profundo, que se identifique positivamente com sua cidade e seus habitantes. Nesse sentido, a pobreza e a injustiça não podem ficar dependendo,

somente, de ações caridosas e/ou filantrópicas. Para que a atuação pública seja eficaz é fundamental que parta da elaboração correta do problema, da discussão aberta e pública das soluções e da determinação política de todos os agentes sociais com capacidade de promover mudanças. Destacaremos alguns aspectos relevantes para a promoção desta cidadania. Cidadania e Cidades Vamos partir da questão da cidade em suas várias dimensões, mas basicamente como local em que o indivíduo exerce sua cidadania. Daí a importância de dados que permitam aquilatar a realidade material, cotidiana, da moradia, do trabalho, do transporte, da saúde, da educação e assim por diante. As cidades e as atividades nelas vivenciadas constituem o espaço físico de exercício real e simbólico da cidadania. O Estado de São Paulo tem realidades sociais muito distintas, segundo a localização do município, o tipo de atividade econômica e o número de habitantes, entre outras determinações importantes. As características assumidas pelo desenvolvimento daquilo que se convencionou denominar Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e que hoje desfrutam um status de metrópole mundial são bem sugestivas de como as diferenciações espaciais podem assumir a conformação de "bolsões" de riqueza cercados por periferias pobres e/ou miseráveis. Hoje, apesar da desaceleração de seu crescimento demográfico, a RMSP abriga cerca de metade, emblemáticos. Nesse sentido, vamos focalizar a questão da cidadania social no contexto dos dados relativos à Região Metropolitana de São Paulo, tal como caracterizadas pelas pesquisas da Fundação Seade . Cidadania e Moradia (Habitação) A importância da casa própria no projeto de vida dos brasileiros tem sido abundantemente estudada por especialistas e acadêmicos de várias áreas temáticas, especialmente no tocante às construções que os próprios habitantes das periferias pobres fazem (autoconstrução). O projeto da casa própria caminha de mão dadas como o projeto familiar, constituindo a experiência prioritária quando não exclusiva de cidadania social. No artigo "A economia brasileiro, crítica à razão dualista", Francisco de Oliveira analisa o processo de constituição de direitos a partir da aquisição e posse de bens, que incluem a casa própria e diversos tipos de bens de consumo duráveis (geladeiras, televisores), já visíveis na década de 60. Por outro lado, é preciso reconhecer que a família também é um agente que acumula; "se não acumula bens de capital (...), acumula ativos, e ao longo do tempo essa acumulação somente tende a crescer, mesmo e presença de salários reais constantes ou até decrescente. (...) Neste caso, não há como surpreender-se como crescimento dos ativos em mãos das famílias trabalhadoras. Portanto, um certo tipo de consciência de classe, ainda que não certamente igual ao paradigma europeu, foram-se (...)". Posteriormente, Lúcio Kvarick introduz a oportuna categoria de "cidadão privado e subcidadão" para caracterizar melhor o que seria essa consciência de classe que fugiria ao paradigma europeu, forjado nas lutas socialistas e revolucionárias, e que fundamentaria sua identidade positiva na estruturação de uma família e na conquista de um teto para todos. "A casa própria, por seu turno, advinda do extremamente penoso processo de autoconstrução, também não pode apenas ser encarada como um abrigo que protege os trabalhadores contra as intempéries do sistema econômico nem, unicamente, enquanto modalidade que o capitalismo predatório à la latinoamérica inventou para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho. É isto e muito mais. A casa própria - esforço condensado de muitos anos, símbolo da vitória - constitui refúgio contra as características excludentes e violentas das metrópoles do subdesenvolvimento industrializado. Assim, em virtude da condição generalizada de subcidadania, a autoconstrução de uma percepção de moralidade e dignidade tende a se solidificar nos valores e símbolos edificadas em torno de projetos individuais: é o primado do cidadão privado. Em torno do tripé família, trabalho e casa própria, grande parte da população constrói sua cidadania - mais do que isso, vivencia a possibilidade de fazer projetos e realizá-los. Essa cidadania privada pode ser o ponto de partida de uma cidadania mais pública, marcada pela idéia da responsabilidade social. A casa

própria vem acompanhada da compra da televisão, dos eletrodomésticos. E a propriedade gera interesses a serem defendidos perante os tribunais de pequenas causas, garantindo, assim, o acesso à justiça para a população que mora em bairros afastados. Cidadania e Família Nos últimos 50 anos, um conjunto de circunstâncias especialmente relacionadas à crescente urbanização do país e às profundas transformações da economia paulista e brasileira, alterou usos e costumes, projetos de vida e valores. As famílias paulistas da época do predomínio da cafeicultura obedeciam aos padrões de numerosos filhos e casamento indissolúvel. A religião católica, em perfeita consonância com a ordem civil, zelava pela moral cristã por meio de sua influência nas escolas, nas igrejas, etc. A moral sexual cristã impregnava todas aquelas instituições que deveriam ter moral laica, tornando o catecismo matéria obrigatória, estigmatizando pessoas que se desquitavam e se opondo violentamente ao sexo desligado de fins reprodutivos. A rapidez das transformações econômicas e o impacto que tiveram sobre o antigo modelo familiar, baseado na complementaridade de papéis familiares, com um número de mulheres cada vez maior ingressando no mercado de trabalho. E, como não poderia deixar de ser, o alargamento das experiências femininas para além dos limites domésticos possibilitou o aparecimento de um ativo movimento de mulheres, originando um feminismo politicamente ativo. Por que a referência ao feminismo? Pela importância que teve no processo que vamos estudar: as transformações dizem respeito à dinâmica das sociedades industriais, que permitiu algumas conquistas essenciais: notável impulso na produtividade econômica e, consequentemente, domínio sobre a "natureza", permitindo, entre outros fatos, o aparecimento da pílula e, mais recentemente, a comprovação do DNA. A expansão das cidades e do assalariamento da mulher permitiu o rompimento do elo essencial na reprodução da família conjugal: a dependência econômica da mulher ao homem. Daí a importância da autonomia financeira das mulheres. Os movimentos feministas, além de sua influência sobre a própria situação das mulheres, também colaboraram enormemente para a emergência de novas demandas de direitos relacionados às minorias étnicas e aos homossexuais. Em artigo que analisa os movimentos sociais urbanos no México, Alejandra Massolo ressalta: "A subjetividade feminina quanto à experiência de luta é uma dimensão reveladora do processo de construção social de novas identidades coletivas através de conflitos urbanos. Os movimentos urbanos das décadas de 70 e 80 tornaram visíveis e perceptíveis as diferentes identidades coletivas de segmentos das classes populares. As mulheres faziam parte da produção social dessa nova identidade coletiva - partindo de suas bases territoriais diárias transformadas em base para sua ação coletiva. Elas conferiam ao processo de construção da identidade coletiva a marca de múltiplos significados, motivações e expectativas do gênero feminino, um conjunto complexo de significados encontrados nos movimentos urbanos, mesmo quando as questões de gênero não são explícitas e quando seus quadros constitutivos são mistos e os homens assumem a liderança".

Fonte:

Cadernos do Fórum São Paulo XXI - Cidadão do Séc. XXI - (ALESP) Caderno 1 - Reprodução Parcial de Textos.